

DEFICIÊNCIA VERSUS NEURODIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DO AUTISMO EM ADULTOS À LUZ DA PSICANÁLISE CONTEMPORÂNEA

DISABILITY VERSUS NEURODIVERSITY: AN ANALYSIS OF AUTISM IN ADULTS IN THE LIGHT OF CONTEMPORARY PSYCHOANALYSIS

Manuela Sena de Jesus¹, Ana Paula Vedovato Marques de Oliveira²

RESUMO

Este trabalho visa discutir o paradigma da neurodiversidade analisando as diferenças e articulações entre este e o conceito de deficiência, tendo como objeto de análise o autista adulto e suas características peculiares. Abreu (2022) afirma que a Neurodiversidade é um conceito que reconhece e valoriza a variação natural no funcionamento neurológico entre os seres humanos, afirmando que a perspectiva da neurodiversidade por vezes conflita com o modelo biomédico que pontua que todo aquele que difere desse padrão é uma pessoa com alguma deficiência. Sob esta perspectiva, usamos como método para este trabalho, uma revisão narrativa de literatura e como base teórica, textos que abrangem os estudos do cérebro atípico centralizados em específico na tese do psicanalista francês Maleval (2010; 2015; 2017) que se mostrou uma referência nos estudos que abrangem o conhecimento que a psicanálise contemporânea traz a respeito do sujeito autista. Ao final da análise, a nossa revisão de literatura apontou que o autismo sob a perspectiva da neurodiversidade ainda não foi pesquisado profundamente no país, sendo as pesquisas da área ao nosso ver, incipientes. Continuaremos nosso estudo em outras oportunidades, buscando entender por que a sociedade ainda insiste em enxergar os modos de processamento e de comportamento humanos baseando-se num único padrão criado como o único a ser seguido, enxergando o diferente como um indivíduo que coloca à prova a dificuldade desta mesma sociedade em lidar com os que fogem à essa norma padrão pré-estabelecida.

Palavras-chave: Deficiência; Neurodiversidade; Psicanálise contemporânea; autista adulto.

ABSTRACT

This work aims to discuss the neurodiversity paradigm by analyzing the differences and connections between it and the concept of disability, focusing on adult autism and its peculiar characteristics. Abreu (2022) states that neurodiversity is a concept that recognizes and values the natural variation in neurological functioning among human beings, asserting that the perspective of neurodiversity sometimes conflicts with the biomedical model, which posits that anyone who deviates from this standard is a person with a disability. From this perspective, we used a narrative literature review as the method for this work, and as the theoretical basis, texts encompassing studies of the atypical brain, specifically centered on the thesis of the French psychoanalyst Maleval (2010; 2015; 2017), which has proven to be a reference in studies that cover the knowledge contemporary psychoanalysis brings about the autistic subject. At the end of the analysis, our literature review indicated that autism from the perspective of neurodiversity has not yet been deeply researched in the country, with research in the area, in our view, being incipient. We will continue our study in future opportunities, seeking to understand why society still insists on viewing human processing and behavior modes based on a single standard created as the only one to be followed, seeing the different as an individual who challenges this same society's difficulty in dealing with those who deviate from this pre-established standard norm.

Keywords: Disability; Neurodiversity; Contemporary psychoanalysis; Adult Autism.

¹ Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Nobre (UNIFAN), Feira de Santana, Bahia, Brasil.

² Docente do Centro Universitário Nobre (UNIFAN), Feira de Santana, Bahia, Brasil.

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa discutir o paradigma da neurodiversidade contrapondo-o ao conceito de deficiência, tendo como objeto de análise o autista adulto e suas características distintas. Usaremos como base além das teorias que abrangem os estudos do cérebro atípico com sua composição e características, o conhecimento que a psicanálise contemporânea traz a respeito do sujeito autista, em específico as obras e a tese do psicanalista francês Maleval¹⁻³ que defende o autismo como uma estruturação psíquica diversa.

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais publicado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) lançada no dia 18 de março de 2022, o autismo, ou Transtorno do Espectro Autista (TEA), é uma condição do desenvolvimento neurológico que se caracteriza por problemas na comunicação e interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Além disso, no DSM V é apresentada a visão do autismo como sendo um espectro que abrange indivíduos que podem ser totalmente diferentes entre si, ainda que tenham o mesmo transtorno. O manual deixa de mencionar o autismo como sendo de grau leve, moderado e severo e o divide agora entre níveis de suporte que o indivíduo autista precisa sendo o 1 (menos suporte), 2 (médio suporte) e 3 (suporte substancial).

Além do DSM-5⁴, outro manual amplamente acessado para diagnósticos é a CID (Classificação Internacional de Doenças), documento publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e que teve sua mais recente versão publicada em (11 de fevereiro de 2022). Na CID-11 o transtorno do espectro do autismo além de ser caracterizado tal como no DSM-5, é caracterizado também por déficits persistentes na capacidade de iniciar e manter a interação social recíproca e de comunicação social e por uma série de padrões pouco flexíveis de comportamento e interesses. O manual pontua que o “início da doença ocorre durante o período de desenvolvimento, geralmente na primeira infância, mas os sintomas podem se tornar manifestos plenamente até mais tarde, quando as demandas sociais excedem as capacidades limitadas.”⁵

Neste trabalho faremos um panorama onde apresentaremos a história

de como o autismo foi visto desde a criação do vocábulo por Bleuer⁶, até a um maior entendimento de suas peculiaridades e características e assim chegaremos ao cerne deste estudo. O que se quer aqui é justamente contrapor o conceito de deficiência ao conceito de Neurodiversidade que visa desconstruir uma série de informações que parecem equivocadas e generalistas já que hoje já podemos afirmar que os autistas são muito diversos entre si, pois se esta é uma condição do neurodesenvolvimento apontada como um espectro, cada indivíduo autista tem sua maneira própria de funcionamento, não existindo um autista igual ao outro.

Registrado pela primeira vez em 1998 pela socióloga australiana Judy Singer, o termo neurodiversidade significa a enorme gama de composições neurológicas que abrange todos os seres humanos. A palavra se refere a diferentes formas de existir a partir da formação cerebral e neurológica de cada indivíduo. A perspectiva da neurodiversidade se dissocia do modelo biomédico, que afirma que todo aquele que difere desse padrão é uma pessoa com algum grau de deficiência. Como uma maneira diferente de processar informações, de se expressar e estar no mundo pode tornar alguém por si só deficiente? Não seria deficiente então esta sociedade que não estaria preparada para integrar e incluir estes indivíduos desviantes da norma padrão?

Acreditamos que o autismo ainda não foi pesquisado profundamente, primeiro porque estes estudos em sua maioria não incluem os próprios indivíduos autistas, se restringindo a como isso se manifesta sobretudo na infância, delegando um tempo precioso apenas às crianças neurodivergentes, ignorando por exemplo, adultos e idosos. Sendo assim, buscaremos abordar o conceito de neurodiversidade e buscaremos entender por que a sociedade, insiste em padronizar os modos de processamento e de comportamento baseados num padrão criado como o único a ser seguido e lidando com o ser neurodivergente sem o enxergar como um indivíduo único.

METODOLOGIA

A presente pesquisa funcionará como uma revisão narrativa de literatura, pois escolhemos como ponto central da nossa pesquisa, demonstrar como a neurodiversidade abre um campo de

estudos que coloca à prova a afirmação de que toda pessoa neuro divergente é um ser comprometido do ponto de vista cognitivo e social de inteligência cognitiva e de como a Psicanálise contemporânea está fazendo grandes avanços no que diz respeito ao tratamento com esse indivíduo. Foram utilizados grupos de operadores/palavras-chaves nos portais de pesquisa SciELO, Lilacs e Periódico Capes. Começamos a pesquisa com o verbete “Neurodiversidade” com o qual encontramos 4 resultados no SciELO, 100 no Periódico Capes, e 8 no Lilacs. Já com os verbetes “Psicanálise e autismo” encontramos 37 resultados no SciELO, 76 no Periódico Capes, e 109 no Lilacs. Com “Autismo e deficiência” encontramos 41 resultados no SciELO, 151 no Periódico Capes, e 138 no Lilacs. Por fim, os verbetes “Cérebro neuro divergente” nos mostraram 37 resultados no SciELO, 67 no Periódico Capes, e 8 no Lilacs.

Optamos por escolher artigos dos portais SciELO, Lilacs e Periódico Capes por percebermos que nestes, os artigos, dentro do período de 5 anos de publicação que estipulamos como prazo, são mais completos e conversam melhor com nosso tema de pesquisa. Além disso, utilizaremos livros que são referência da literatura teórica do autismo com autores como Kanner⁷, Bettelheim⁸, Asperger⁹, Donvan e Zucker¹⁰, Grandin¹¹, Singer¹² entre outros. No que diz respeito à tese escolhida para basear o cotejo entre Autismo, Neuro divergência e Psicanálise escolhemos o desenvolvimento teórico do psicanalista francês da escola lacaniana Maleval¹⁻³ por entendermos o quanto ele é referência nos estudos entre autismo e Psicanálise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O vocábulo autismo, segundo o Dicionário etimológico da língua portuguesa do renomado escritor Antônio Geraldo da Cunha¹³, vem do “francês autisme, derivado do alemão Autismus, criado em 1911 pelo psiquiatra suíço E. Bleuler, com base no ‘si mesmo’ do grego autós”. Desde o início dos estudos a ideia que se tinha era que o autismo caracterizava o sujeito com essa condição como alguém com perturbações e dificuldades na socialização com seus pares, já que este seria desligado de sua realidade exterior vivendo num mundo à parte. Quando Bleuer⁶ cunhou o termo ao observar atentamente pacientes que se

esquivavam da socialização, ele percebeu que havia algo que acontecia com a maioria dos seus pacientes: uma vez diante de uma ação que despertava seu interesse, eles conseguiam desenvolver atividades coletivas. É o que pontuam os autores Donvan e Zucker¹⁰, num texto que abarca toda a cronologia do autismo desde Bleuer.

Depois dos estudos do psiquiatra suíço, outro psiquiatra relevante no estudo da temática foi o austríaco Kanner⁷. Neste artigo o autor descreve 11 casos clínicos de crianças (oito meninos e três meninas) que atendeu ao longo de um certo período destacando sintomas apresentados por essas crianças e organiza esses sintomas em três grupos: “inabilidade social; problemas na linguagem e comunicação; e necessidade da repetição”⁷. E observa características que depois seriam integradas aos manuais diagnósticos, tais como dificuldades em associar palavras a ações, incômodo ao ouvir barulhos intensos, falta de sociabilidade com os pais, principalmente com a figura materna¹⁴.

No ano seguinte, Asperger¹⁵ destaca num artigo, segundo Donvan e Zucker¹⁰ que a ocorrência do autismo acontecia em sua maioria em crianças do sexo masculino e que estes apresentavam “falta de empatia, baixa capacidade de socialização, foco intenso em atividades de sua predileção” Asperger¹⁵ e por isso foram chamadas por Asperger de “pequenos professores”, devido à habilidade que possuíam de discorrer sobre um tema de maneira detalhada e com precisão quando o mesmo fazia parte da zona de interesse destes. Então, mesmo usando o mesmo termo de Kanner, Asperger acreditava que os autistas aos quais ele tinha acesso apesar de apresentarem sinais de desregulação recorrentes e crises emocionais as vezes diárias, eles tinham, quando o autismo não vinha acompanhado de outros problemas de saúde, o cognitivo preservado e em sua maioria eram bastante inteligentes.

Por muito tempo Asperger ficou famoso por suas pesquisas, mas em 2019 a obra da historiadora especialista em História da Alemanha e da Europa Central, Sheffer¹⁶ trouxe à tona uma série de informações que contribuíram para uma má reputação de Hans Hasperger.

Segundo Sheffer¹⁶, Asperger colaborou com o terceiro Reich e foi responsável por levar à morte, centenas de crianças judias durante o Regime nazista. “Arquivos revelam que Asperger participou do sistema de assassinato infantil em múltiplos níveis: ele era próximo de líderes do sistema de eutanásia infantil em Viena e, como membro do Estado nazista, enviou dezenas de crianças para a instituição infantil de Spiegelgrund, onde eram mortas”, afirma a autora, ao apontar ainda a disparidade dos diagnósticos que Asperger conferia a seus pacientes, sem observar suas singularidades e/ou evoluções, levando-os em sua maioria a estarem condenados a viver em Spiegelgrund, sem acesso a pais ou figuras afetivas.

Durante os anos 50, 8 anos depois dos estudos de Asperger, ainda havia muita celeuma no que dizia respeito ao autismo. Segundo Donvan e Zucker¹⁰, muitos teóricos se dispunham a discutir sobre o tema participando de congressos e simpósios ao redor do mundo sem, no entanto, ouvir as crianças envolvidas nas análises e estudos e culpando tão somente os pais. No entanto, nos anos 60, “crescem as evidências sugerindo que o autismo era um transtorno cerebral presente desde a infância e encontrado em todos os países e grupos socioeconômicos e étnico-raciais”¹⁰.

Em 1978 o psiquiatra Michael Rutter classifica o autismo como um distúrbio do desenvolvimento cognitivo, criando um marco na compreensão do transtorno. Ele propõe uma definição com base em quatro critérios: “atraso e desvios sociais; problemas de comunicação; comportamentos incomuns, tais como movimentos estereotipados e maneirismos; e início antes dos 30 meses de idade”¹⁰. Segundo os autores, a definição inovadora de Michael Rutter e a crescente produção de pesquisas científicas sobre o autismo influenciam a elaboração do DSM-3. Nesta edição do manual, o autismo é reconhecido pela primeira vez como uma condição específica e colocado em uma nova classe, a dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID). Este termo reflete o fato de que múltiplas áreas de funcionamento do cérebro são afetadas pelo autismo e pelas condições a ele relacionadas. Em 1981 a psiquiatra Lorna

Wing desenvolveu o conceito de autismo como um espectro e cunha o termo Síndrome de Asperger, em referência à Hans Asperger. Como pesquisadora e clínica, bem como mãe de uma criança autista, ela defendeu uma melhor compreensão e serviços para indivíduos com TEA e suas famílias. Fundou a National Autistic Society, juntamente com Judith Gold, e o Centro Lorna Wing.

Em 2007 a ONU instituiu o dia 2 de abril como o Dia Mundial da Conscientização do Autismo para chamar atenção da população em geral para a importância de conhecer e tratar o transtorno, que afeta cerca de 70 milhões de pessoas no mundo todo, segundo a Organização Mundial de Saúde. Em 2018, o 2 de abril passa a fazer parte do calendário brasileiro oficial como Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo. Em 2012 é sancionada, no Brasil, a Lei Berenice Piana (12.764/12), que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Este foi um marco legal relevante para garantir direitos aos autistas. A legislação determina o acesso a um diagnóstico precoce, tratamento, terapias e medicamentos pelo Sistema Único de Saúde; à educação e à proteção social; ao trabalho e a serviços que propiciem a igualdade de oportunidades.

Em 2013 o DSM-5 passa a abrigar todas as subcategorias do autismo em um único diagnóstico: Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os indivíduos são agora diagnosticados em um único espectro com diferentes níveis de gravidade. A Síndrome de Asperger não é mais considerada uma condição separada e o diagnóstico para autismo passa a ser definido por dois critérios: “as deficiências sociais e de comunicação e a presença de comportamentos repetitivos e estereotipados”. Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.145/15) cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que aumenta a proteção aos portadores de TEA ao definir a pessoa com deficiência como “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial”.¹⁷ O Estatuto passa a ser, desde sua criação, um símbolo importante na defesa da igualdade de direitos dos deficientes, do combate à discriminação e da regulamentação da acessibilidade e do

atendimento prioritário. Já em 2020 entra em vigor a Lei 13.977, conhecida como a Lei Romeo Mion. O texto cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), emitida de forma gratuita, sob responsabilidade de estados e municípios. O documento é um substituto para o atestado médico e tem o papel de facilitar o acesso a direitos previstos na Lei Berenice Piana.

Abreu¹⁸ afirma que a Neurodiversidade é um conceito que reconhece e valoriza a variação natural no funcionamento neurológico entre os seres humanos. Essa perspectiva inclui não só o autismo, mas também outras condições neurológicas e de desenvolvimento, como TDAH, dislexia, dispraxia, superdotação, entre outras. O movimento da neurodiversidade defende que essas diferenças neurológicas não são necessariamente defeitos ou desvantagens, mas variações naturais do cérebro humano que podem trazer habilidades e perspectivas únicas. Para o autor, a neurodiversidade promove a aceitação e a inclusão de todas as formas de funcionamento neurológico, desafiando a visão de que certas condições precisam ser "curadas" ou "consertadas". Enquanto o autismo se refere a uma condição específica dentro do espectro das variações neurológicas, a neurodiversidade é um conceito inclusivo que celebra todas as formas de funcionamento neurológico como variações naturais e valiosas da condição humana. A perspectiva da neurodiversidade destaca que todos os cérebros têm potencialidades únicas e que as sociedades devem ser adaptadas para incluir e acomodar essas diferenças, ao invés de tentar "normalizar" todos os indivíduos.

Entre os principais teóricos da Neurodiversidade podemos citar segundo Abreu¹⁸: Judy Singer, uma socióloga australiana, autista, que cunhou o termo "neurodiversidade" na década de 1990 e Harvey Blume, um jornalista e escritor americano, que trabalhando com Singer, popularizou o conceito de neurodiversidade na mídia durante a mesma década ao publicar sua tese de sociologia sobre o assunto. Enquanto Singer argumentou que as variações neurológicas são parte da diversidade humana, similar a variações em etnia, gênero e orientação sexual, Blume¹⁹

ajudou a trazer o termo para um público mais amplo, enfatizando a ideia de que a diversidade neurológica é uma parte essencial da variabilidade humana. A neurodiversidade representa uma mudança paradigmática na forma como percebemos e tratamos as diferenças neurológicas. E variadas são as técnicas de terapia utilizadas em indivíduos neurodivergentes, aponta Abreu¹⁸. No entanto, a psicanálise contemporânea tem tentado se adaptar e reformular suas abordagens.

Ortega²⁰, pontua que se pararmos para pensar, "a junção destes dois termos, "neuro" e "diversidade", não é auto evidente. A diferença e a singularidade são colocadas do lado cerebral. Mas como pode ser o cérebro o lugar do diverso, da diferença?". É como se o movimento da neurodiversidade segundo Ortega²⁰, acolhesse a ideia de que a deficiência e a doença não fossem fatos biológicos, mas construções socioculturais que visam regulamentar os corpos e os cérebros. Sendo assim, faz-se compreensível que a ideia de deficiência se associe à maneira como cada sociedade lida com o diferente da norma padrão. E no caso do autismo, por muitos anos, foram os pais, médicos e familiares que costumavam versar sobre o autismo, deixando de fora elementos importantes dessa discussão: os próprios autistas.

Watanabe, Rees e Masuda²¹, cientistas da University College of London afirmam que recentes pesquisas mostram que o cérebro de pessoas autistas pode ter conectividade atípica entre diferentes regiões. "Algumas áreas podem estar hiperconectadas enquanto outras apresentam hipoconectividade. Isso pode levar a uma percepção sensorial diferente e dificuldades em integrar informações de várias fontes"²¹. Para os autores, muitas pessoas autistas experimentam hipersensibilidade ou hipossensibilidade a estímulos sensoriais. Isso significa que podem ser muito sensíveis a luzes, sons e texturas, ou, ao contrário, precisar de estímulos intensos para perceber certas sensações. Pode haver diferenças na função executiva, que inclui habilidades como planejamento, flexibilidade cognitiva e controle inibitório e isso pode resultar em desafios com a organização e mudanças de rotina.

O fato é que o cérebro neurodivergente funciona de maneiras que diferem das normas neurológicas padrão, resultando em variações na percepção, processamento sensorial, atenção, controle motor e funções executivas. Essas variações são naturais e refletem a diversidade da cognição humana. É o que Grandin²², uma psicóloga e zootecnista americana e uma das autistas mais famosas e respeitadas da contemporaneidade, aborda em suas obras, numa série de temas relacionados ao autismo, ao passo que também descreve nestes textos, suas experiências pessoais, servindo como documentos autobiográficos. A autora discute suas sensibilidades sensoriais intensas e como elas afetaram sua experiência no ambiente ao seu redor, pois cada ação era como um grande desafio, visto que a sociedade em que estava inserida e até mesmo sua família tiveram dificuldades em compreender e se relacionar com o seu jeito atípico.

Por muito tempo, ela enfrentou dificuldades na comunicação e no estabelecimento de relacionamentos interpessoais, que só foram superados à medida em que ela passou a ter acesso aos estudos, formando-se Psicóloga no Franklin Pierce College, com Mestrado e Ph.D. em Zootecnia pela Universidade Estadual do Arizona e pela Universidade de Illinois, respectivamente. Para a autora “um dos mistérios mais profundos do autismo é a capacidade notável que a maioria dos autistas têm de se sobressair em habilidades espaço-visuais e ao mesmo tempo ter um desempenho tão pobre em habilidades verbais”²².

Outro livro que complementa o universo de Grandin¹¹. Neste livro a autora descreve seu próprio pensamento como altamente visual e espacial, o que lhe confere uma habilidade notável para pensar em imagens tridimensionais e solucionar problemas de forma visual. Ela afirma ter a capacidade de pensar em detalhes visuais complexos e que pode recriar mentalmente ambientes ou máquinas em detalhes precisos. Assim como muitas pessoas autistas, ela diz experimentar sensibilidades sensoriais intensas, sendo particularmente sensível a estímulos como luzes brilhantes, sons altos e certas texturas. Essa sensibilidade sensorial pode ser muito pesada em

ambientes comuns, mas também pode oferecer uma perspectiva única sobre o mundo, que no caso de Grandin acabou por contribuir para suas habilidades em áreas como o design de instalações pecuárias, exibindo uma habilidade notável para pensar de forma lógica e analítica, o que é evidente em suas contribuições para o campo da ciência animal. O caso Grandin¹¹ é um exemplo que ilustra as diferenças no funcionamento do cérebro atípico e destaca como essas diferenças podem ser aproveitadas de maneira positiva para contribuir para a sociedade. Sua história destaca a importância de valorizar e apoiar a diversidade neurológica, reconhecendo que diferentes maneiras de pensar e processar informações podem trazer perspectivas únicas e valiosas para o mundo.

Mas, de que forma a psicanálise pode contribuir como abordagem terapêutica para atender o indivíduo autista? Entendendo que o autismo é um espectro e que por isso é formado por diferentes indivíduos com diferentes necessidades, optamos por escolher a psicanálise contemporânea como um caminho bastante produtivo, principalmente aos termos contato com a obra de Jean-Claude Maleval, um renomado psicanalista e professor francês, conhecido por sua abordagem inovadora e humanista sobre o tema. Maleval²³, propõe uma compreensão distinta do autismo, desafiando as classificações tradicionais e oferecendo uma perspectiva psicanalítica baseada nos ensinamentos de Jacques Lacan. O autor traz alguns conceitos relevantes para entendermos a relação entre Psicanálise e autismo e afirma que o autismo não é uma doença, é um funcionamento subjetivo singular e que “a especificidade da abordagem psicanalítica consiste em considerar que o sujeito possui um saber essencial sobre o seu modo de funcionamento, e por isso deve ser levado a sério aquilo que os autistas dizem sobre si mesmos”¹¹.

E é exatamente com a sua técnica de associação livre que a psicanálise pode ser um diferencial, pois se o indivíduo neurodivergente rejeita padrões pré-estabelecidos naturalmente, estar diante de um profissional que o deixa falar livremente vai ao encontro de suas peculiaridades. Visto que a sociedade e seu modus operandi está sempre cobrando

conexões e regras de convívio arbitrárias aos neurodivergentes, Maleval²³, destaca que este indivíduo autista está quase sempre assolado por angústias que aparecem por ele não saber lidar com a pressão que lhe é exercida. O contato com o Outro muitas vezes é esvaziado porque é preciso derrubar muitas camadas de proteção até chegar nele. O autor então nos apresenta o conceito de Borda Autística, “que uma vez ativada com sucesso, faria o autista dispor de três componentes essenciais para fazê-lo evoluir: a imagem do duplo, a ilha de competência e o objeto autístico”.

A borda autística seria uma formação protetora contra “O outro real ameaçador”²³ e através dela o indivíduo autista impor limites e conseguiria o espaço necessário para desenvolver suas habilidades. A borda de proteção, quando validada, asseguraria ao autista uma espécie de controle de sua energia vital, pois esta não entraria em contato direto com o desejo do Outro, afirma Maleval. Em resumo, a borda autística refere-se às barreiras que os indivíduos autistas criam para se proteger das invasões e das demandas do ambiente externo. Barreiras estas que funcionam como formas de manter a integridade do Self e evitar a sobrecarga sensorial e emocional. Maleval sugere que, devido à hipersensibilidade sensorial e emocional, os autistas necessitam de métodos para controlar a quantidade e a qualidade das interações com o mundo externo.

O duplo, seria um elemento que ajudaria o autista a se relacionar com o ambiente externo, representado na figura de outra pessoa de apoio ou até mesmo do seu terapeuta, num objeto de valor afetivo ou em variadas maneiras de se comportar em sociedade como se fosse possível ter “variadas personalidades”. É dessa maneira que um autista que precisasse de bastante silêncio no ambiente familiar poderia em alguns momentos de o dia sustentar um duplo, ou seja, uma versão de si capaz de se adaptar ainda que momentaneamente, ao ambiente estressor que exigisse dele habilidades específicas e conseguir ainda que com muito esforço, exercer com qualidade sua função.

Já a ilha de competência²³ diria respeito às habilidades que cada autista apresenta e que viria na forma de hiper

focos de atenção tornando esse indivíduo destaque em áreas específicas. É muito comum que autistas demonstrem alta capacidade de observação do outro e de seu entorno, que tenha facilidade na leitura imagética através de padrões de observação, facilidade com linguagens visuais e memória, além de outras características. Pois muitos destes indivíduos conseguem lembrar com detalhes de acontecimentos passados ou de informações que os levam a ter uma maneira diferente de aprendizagem, como nos apontou Grandin¹¹ em sua biografia aqui supracitada. O objeto autístico por sua vez, segundo Maleval²³, seria todo e qualquer objeto de apego que ajudasse o autista a se autorregular. Na infância, muitos se apegam a mantas, objetos de pelúcia, brinquedos, animais, aparelhos audiovisuais, entre outros. Já na fase adulta é comum o uso de objetos como o spinner, mordedores, óleos essenciais, bolas de silicone expansíveis, músicas, filmes etc. Todo este compêndio feito por Maleval se complementa com outra tese que ele defende: que o autismo não se encaixa perfeitamente em nenhuma das três estruturas clássicas (psicose, perversão e neurose) sugerindo que o autismo deve ser entendido como uma quarta estrutura própria, com características que não podem ser plenamente compreendidas através das lentes estruturais. Esta tese pode ser encontrada em Maleval, onde ele afirma que:

O indivíduo autista raramente apresenta algumas produções delirantes e alucinações e desde essa constatação, rapidamente, entre 1970 e 1980, o autismo deixa de ser considerado uma psicose num campo conceitual em que a identificação deste se faz a partir de sinais clínicos que o distanciam da loucura. Convenhamos assim que, possivelmente, um delírio crônico, estruturado por um tema de perseguição ou articulado em torno de uma convicção megalomaniaca, não pertence à clínica do autismo²⁴.

Outra coisa que faz com que Maleval defenda que o autismo não é uma psicose é quando ele pontua que enquanto a psicose se desencadeia, o autismo estaria presente na vida do indivíduo com essa condição, desde o seu nascimento, num funcionamento específico permanente. Ainda assim, muitas instituições orientadas pela psicanálise não

se preocupam com o diagnóstico diferencial entre autismo e psicose, postulando assim o mesmo tratamento. E essa confusão constitui “um obstáculo epistemológico que freia a elaboração de uma abordagem psicanalítica mais original do autismo e entrava uma abertura a métodos pedagógicos mais apropriados”, conclui o autor. O tratamento psicanalítico no que diz respeito ao indivíduo autista se sustentaria no vínculo terapêutico que se estabelece entre a transferência e a confiança depositada no analista, numa troca de informações e de representações de papéis por ambas as partes. Pois através da postura de valorizar a troca de contato com o paciente autista permite-se que ele consiga se perceber como sujeito desejante e ressignifique ao longo das sessões a importância de interagir com o ambiente em que está inserido. Por fim destacamos o artigo de Castro²⁵, onde a autora afirma que a psicanálise de orientação Lacaniana tem trabalhado com a hipótese do autismo como uma estrutura psíquica, como explanado anteriormente. Isto quer dizer explicitamente:

Que o autismo não é uma doença ou uma deficiência, mas uma forma de estar no mundo, assim como as demais estruturas clínicas, a saber, psicose, perversão e neurose. A psicanálise recusa a ideia de normalidade e considera o homem normal “uma ficção estatística”. A psicanálise propõe uma forma de compreender o funcionamento autístico, tanto afetivamente quanto cognitivamente. Compreender um pouco o funcionamento, em alguns casos, possibilita um apaziguamento e pode ajudá-los em uma mudança subjetiva. Somente com uma mudança efetiva na subjetividade acreditamos ser possível um avanço cognitivo real, pois os métodos de aprendizagem se detêm em limites traçados pelo ideal social e pelas expectativas a serem correspondidas ou não por quem está submetido a estes²⁵.

No que se refere a estes métodos de aprendizado e terapia que trabalham com limites traçados por esse ideal social e pelas expectativas a serem correspondidas por quem a eles são submetidos, podemos citar como os mais comumente utilizados as técnicas ABA (Análise do Comportamento Aplicada), Denver (modelo de intervenção precoce), TEACCH (Tratamento e Educação para

Autistas e Crianças com Déficits de Comunicação) e o PECS (Sistema de Comunicação por Troca de Imagem) que segundo Maleval (2010) seriam incompletas pois não levam em conta a subjetividade do sujeito autista, levando em conta tão somente o quanto ele pode se adequar aos padrões. Maleval¹ complementa afirmando que:

As abordagens que levam em conta a subjetividade têm consequências maiores para o tratamento: não se focalizando sob uma parte do funcionamento do sujeito, elas não representam obstáculo a uma escuta não restritiva do que ele expressa, permitindo assim se apoiar sob suas invenções próprias. Além de que elas valorizam a criança autista que não é imediatamente apreendida como um débil manipulador, mas como uma criança inteligente bloqueada pelas suas angústias. A rica experiência coletada em instituições cujos métodos são enraizados na abordagem psicanalítica incita claramente a constatação de que um sujeito autista “aprende” a tarefa normalmente e às vezes melhor pela tangente do que quando ele é confrontado diretamente, e sem escapatória possível. Mesmo que ele apresente um ar ausente, ele observa e aprende pelo intermediário de outras crianças e poderá em seguida reproduzir o que ele viu os outros fazerem¹.

Ao final do nosso trabalho podemos concluir que o autismo é uma maneira diferente e não menos legítima de se estar no mundo. Ao mesmo tempo em que esta condição impõe ao sujeito que a possui toda uma experiência que pode ser muitas vezes disfuncional, devido às alterações sensoriais que ela traz, fazendo com que toda sensação, percepção, pensamentos e emoções ao longo da vida sejam desafiadores, podemos afirmar peremptoriamente que não há cura para o que não é doença, ainda que isso vá de encontro aos manuais de diagnósticos. Não queremos aqui desvalidar estes manuais, mas sim, afirmar que muito do que eles contêm está preso a normas e características que mudaram com o tempo e o mais importante: não trazem a participação do discurso do indivíduo autista, mas sim uma visão capacitista que engloba somente indivíduos infantes. Onde estão os autistas jovens, adultos e idosos? Como falar de autismo sempre de fora? De

cima? Como estipular diagnósticos que são tidos como uma verdade absoluta sem inserir o objeto diagnosticado?

E aqui colocamos o vocábulo objeto propositadamente. Pois na sociedade em que está inserido, o indivíduo autista é objetificado a todo momento. Sendo assim, o manipulam, fazem tratamentos terapêuticos que visam tirar toda sua genuína essência, os maltratam em ambientes em que eles tentam ser quem são, os silenciam, os dopam, os tentam tornar o mais possível dentro do perfil padrão normal de funcionamento. Mas o que é ser normal numa sociedade que adoce milhões de pessoas? Servindo como uma régua para medir comportamentos, atitudes e características, o normal acaba virando “normose”, conceito criado por Weil, Leloup e Crema²⁶. Para os autores a normose é a aceitação e a internalização de normas sociais e comportamentais que, apesar de serem vistas como normais, são prejudiciais tanto para o indivíduo quanto para a sociedade, podendo causar estresse, ansiedade, depressão e um sentimento constante de inadequação. É por isso que numa sociedade que valoriza uma maneira padronizada de ser, aqueles que pensam e se comportam de maneira diferente são frequentemente rotulados como deficientes.

No entanto, em uma sociedade que valoriza a neurodiversidade e adapta-se para incluir todos os seus membros, as mesmas características podem ser vistas como variações naturais. Fazendo com que alguém que é autista e que pode ser considerado deficiente em um ambiente ruidoso e caótico, possa se destacar em um ambiente estruturado e tranquilo que acomoda suas necessidades sensoriais, por exemplo. Por mais que o autismo seja frequentemente tratado como uma deficiência na sociedade contemporânea, podemos perceber que esta percepção, contudo, tem sido gradualmente desafiada por um grupo de ativistas, cientistas, neurologistas e psicólogos que enxergam o autismo como uma manifestação da neurodiversidade, esse paradigma que celebra a diferença neurológica dos seres humanos e reconhece que cérebros diferentes funcionam de maneiras diversas, cada um com suas próprias forças e desafios.

Socialmente falando o mundo tem muito mais a ganhar com as variadas formas humanas de pensamento e ação. Então, por que padronizar tudo e todos? Com que intuito colocar as pessoas em caixas separadas e tagueadas? Os autistas têm muito a dizer e muito com o que contribuir para o entendimento desse ser tão complexo quanto vário: o ser humano. Reconhecer o autismo como uma forma de neurodiversidade em vez de uma deficiência, requer uma mudança de paradigma significativa. E que não será fácil de ser mantida e aceita, visto o sistema capitalista em que vivemos, onde clínicas terapêuticas para autistas proliferam-se em ritmo vertiginoso todos os anos. A ideia de cura ou saída do espectro também contribui para que a situação não mude. Mas, uma sociedade que defenda a ideia de que a neurodiversidade é possível, contribuirá não apenas na aceitação das diferenças, mas também na valorização das contribuições únicas que as pessoas autistas podem oferecer.

CONCLUSÃO

Através da presente pesquisa buscamos discutir o paradigma da neurodiversidade contrapondo-o ao conceito de deficiência, tendo como objeto de análise o autista adulto e a maneira como a psicanálise contemporânea de origem lacaniana aborda o conceito de autismo e como para esta, o autismo seria uma quarta estrutura e não estaria inserido em nenhuma das três estruturas já existentes: psicose, perversão e neurose. Usamos como base teorias, artigos e textos biográficos que abrangem os estudos do cérebro atípico com sua composição e características distintas e o conhecimento que a psicanálise contemporânea traz a respeito do sujeito autista, e destacamos principalmente a tese do psicanalista francês Jean-Claude Maleval por entendermos que o autor traz informações importantes e inovadoras sobre a terapia psicanalítica no trato com o sujeito autista além de ser uma referência central nos estudos psicanalíticos sobre o autismo na contemporaneidade.

No que diz respeito aos estudos acerca da neurodiversidade, nossa revisão narrativa de literatura apontou que ainda há pouca informação encontrada nos portais de pesquisa brasileiros. Assim como livros

publicados e/ou artigos sobre o tema em português, estando a maioria dos artigos escritos em inglês. Acreditamos que o autismo sob esta perspectiva ainda não foi pesquisado profundamente no país, sendo as pesquisas da área ao nosso ver, incipientes. Continuaremos nossa pesquisa em outras oportunidades, sempre buscando entender por que a sociedade ainda insiste em enxergar os modos de processamento e de comportamento baseados unicamente num padrão criado como o único a ser seguido e parece ainda não saber lidar com o ser neuro divergente o enxergando como um indivíduo que coloca à prova a dificuldade desta mesma sociedade em lidar com os que fogem à essa norma padrão pré-estabelecida. O fato é que, ao adotar a neurodiversidade, reconheceremos que a variedade de formas de pensar e ser são uma força e não uma fraqueza. O autismo, portanto, não deve ser visto como uma deficiência a ser curada, um padrão a ser reconstruído ou um erro a ser consertado, mas, como uma variação natural, interessante e valiosa da experiência e trajetória humana.

REFERÊNCIAS

1. Abreu, T. (2022) O que é neurodiversidade? Cãnone editorial.
2. Castro, B. R. de. (2018) A psicanálise pode contribuir para o tratamento de autistas? Revista Opção Lacaniana. Ano 9.
3. Cunha, A. G. da. (2019) Dicionário etimológico da língua portuguesa. Editora Lexikon.
4. Donvan, J. & Zucker, C. (2017) Outra sintonia: a história do autismo. São Paulo: Companhia das Letras.
5. DSM-5 – (2022) Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Edição. 5ª. São Paulo: Editora Artmed.
6. Grandin, T. & Panek, R. (2015) O cérebro autista: pensando através do espectro. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record.
7. Grandin, T. & Scariano, M. (2014) Uma menina estranha: autobiografia de uma autista. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
8. ICD-11 Version: (2022). <https://www.who.int/classifications/classification-of-diseases/en>
9. Kanner, L. (1997) Os distúrbios autísticos do contato afetivo. In: P. ROCHA, (Org.) Autismos. Escuta.
10. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União.
11. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015; 7 jul.
12. Lei Romeo Mion. Secretária-geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 13.977, de 8 DE JANEIRO DE 2020.
13. Maleval, J.-C. (2010) O que existe de constante no autismo? Conferência pronunciada na Escola Brasileira de Psicanálise, em Belo Horizonte /MG. Tradução de Emilia Firmino.
14. Maleval, J.-C. (2015) Por que a hipótese de uma estrutura autística? Opção Lacaniana online, número 18, Ano 6, p.1-40, ISSN 2177. http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_18/Por_que_a_hipotese_de_uma_estrutura_autistica.pdf
15. Maleval, J.-C. (2017) O autista e a sua voz. (Paulo Sérgio de Souza Jr., trad.). Blucher.
16. Ortega, F. (2008). O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. Mana, 14(2),477–509. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132008000200008>
17. Sheffer, E. (2019) Crianças de Asperger: As origens do autismo na Viena nazista. Editora Record.
18. Watanabe, T. Rees, G. & Masuda, N. (2019) Atypical intrinsic neural timescale in autism. eLife 8:e42256. <https://doi.org/10.7554/eLife.42256>

Weil, P. Leloup., J. Y. & Crema, R. (2017)
Normose: a patologia da normalidade.
Editora Vozes.